



Fichas Temáticas





Conteúdo

Promoção e Proteção da Saúde	1
Saúde da Família e da População	1
Maternidade Segura	1
Saúde Sexual e Reprodutiva	3
Saúde da Criança e da Família	5
Saúde e Desenvolvimento do Adolescente	7
Escolas Promotoras da Saúde	9
Idoso e sua Família	11
Alimentação e Nutrição	13
Amamentação e Alimentação Suplementar	13
Promoção de Dieta Saudável	15
Promoção da Segurança Alimentar e Nutrição Segura – SAN	17
Promovendo a Atividade Física	19
Saúde Mental	21
Prevenção e Controle do tabaco	23
Controle do Consumo de Álcool entre os Jovens	25
Legislação em Direitos Humanos Internacionais	27
Desenvolvimento de Serviços e Sistemas de Saúde	29
Desenvolvimento de Recursos Humanos	29
Organização e Gerenciamento de Sistemas de Saúde:	
Serviços de Enfermagem	31
Medicamentos Essenciais, Tecnologia, Laboratório e Serviços de Sangue	33
Saúde e Desenvolvimento Humano	35
Políticas Públicas e Saúde	35
Mulher, Saúde e Desenvolvimento	37
Saúde e Meio - Ambiente	39
Qualidade Ambiental	41
Ambientes de Trabalho Saudáveis	41
Saneamento Básico	43
Prevenção e Controle de Enfermidades	45
Programa de Enfermidades Não – Transmissíveis	45
Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS	47
Prevenção e Controle de Dengue	49
Programa Ampliado de Imunizações e Vacinas	51
Redução de Riscos de Desastres	53

Saúde da Família e da População

Maternidade Segura

A atitude e compromisso daqueles que tomam as decisões políticas que determinam a situação de saúde das pessoas, famílias e comunidades são fundamentais para assegurar que toda mulher tenha acesso a serviços de qualidade, à atenção por pessoal capacitado, a não sofrer discriminação por razões de gênero, idade, condição econômica, raça ou religião. Os responsáveis pelas políticas de saúde e sociais também devem promover um marco legal que permita o exercício dos direitos reprodutivos e a participação de toda a comunidade.

Para isso, é preciso aumentar a capacidade das comunidades para reconhecer e responder às complicações derivadas da gestação, mediante o fortalecimento da qualidade dos serviços de saúde, através da implementação de serviços de "Cuidados Obstétricos Essenciais" e a promoção de políticas públicas de apoio aos programas de saúde materna, objetivando a redução das taxas de morbidade e mortalidade materna.

Algumas estratégias recomendadas para o nível local

- ▶ Fortalecer os serviços de saúde materna e em particular, os "Cuidados Obstétricos Essenciais" (COE) nas comunidades e postos de saúde.
- ▶ Propiciar a formulação de políticas de apoio para superar as barreiras culturais para o acesso aos serviços COE.
- ▶ Realizar atividades de mobilização comunitária para aumentar o conhecimento sobre gestações de alto risco e desenvolver a capacidade da comunidade para enfrentá-los.
- ▶ Facilitar o acesso aos serviços assistenciais no tempo oportuno (transporte, ambulância, organização comunitária).
- ▶ Promover a participação das organizações não-governamentais, provedores, líderes políticos e representantes da comunidade na redefinição dos serviços de saúde materna, de acordo com um referencial de qualidade nos serviços.

Material disponível:

- ▶ USAID/OPS/QA: *"La iniciativa Regional de América Latina y el Caribe para la Reducción de la Mortalidad Materna"*: <http://www.ops.org/> Acessar Maternidad Segura.
- ▶ OPS/USAID: Fita de Vídeo "A morte materna tem nome e sobrenome" (em espanhol e português)
- ▶ OMS. *Reducción de la mortalidad materna*. Declaración conjunta OMS/ENUAP/UNICEF/Banco Mundial, 1999.

Internet:

<http://www.paho.org> (Acessar Maternidade Segura)

Saúde da Família e da População

Saúde Sexual e Reprodutiva

O conceito de saúde sexual e reprodutiva implica que as pessoas tenham a capacidade e a liberdade de decidir quando e como reproduzir, que eles sejam capazes de ter uma vida sexual satisfatória e que a mulher tenha o direito de acesso apropriado aos serviços de saúde que garanta uma gravidez e parto seguros, aumentando as chances de ter uma criança saudável. Isto implica no direito das mulheres e dos homens de serem informados e de terem acesso aos métodos de planejamento familiar efetivos, seguros e aceitáveis segundo a escolha deles, bem como outros métodos regulares de fertilização que não sejam proibidos por lei, e acesso aos serviços de saúde sem nenhuma restrição de sexo, idade, condições econômicas, raça ou religião.

A atitude e o compromisso dos políticos que tomam as decisões que afetam a situação de saúde dos indivíduos, famílias e comunidades são fundamentais para promover instrumentos legais que permita o exercício dos direitos reprodutivos e de participação de toda comunidade. Para este fim, é necessário aumenta a capacidade das comunidades reconhecerem e responderem aos problemas relacionados com a vida sexual e reprodutiva, e promover políticas públicas que dêem suporte aos programas de saúde da mulher, para reduzir a mobi-mortalidade materna e perinatal.

Algumas estratégias recomendadas para o nível local:

- Desenvolver atividades de mobilização para aumentar o conhecimento dos direitos relativos à saúde sexual e reprodutiva, violência doméstica e gravidez de alto risco, desenvolvendo a capacidade da comunidade responder a eles.
- Desenvolver programas de saúde sexual e reprodutiva nas escolas e locais de trabalho direcionados a grupos populacionais específicos, especialmente adolescentes e proporcionar treinamento para profissionais da saúde, professores e pais.
- Facilitar a aprovação e implementação de políticas públicas que enfrentem as barreiras culturais quanto ao acesso aos serviços de saúde, envolvendo os homens na saúde reprodutiva e sexual, com o duplo propósito de melhorar sua própria saúde e de sua parceira.
- Promover a participação de ONGs, líderes políticos, representantes da comunidade para re-desenhar os serviços de saúde reprodutiva e sexual, baseando-se em instrumentos de qualidade dos serviços.
- Implementar a estratégia Informação, Educação e Comunicação (IEC) para promover uma prática em saúde sexual e reprodutiva saudável e para proteger a população de situações e comportamentos de risco.

Materiais de Referência:

- OPAS. *Quality of Sexual and Reproductive Health Services*, Washington, DC: PAHO, 2001.
- OPAS. *Planificación estratégica para el mejoramiento de la enseñanza y la practica de la salud sexual y reproductiva. Guía Metodológica*. Washington, DC,: PAHO, 2001.
- OMS. *Reducción de la mortalidad materna*. Joint Declaration WHO/UNFPA/ UNICEF/World Bank, 1999.
- Hatcher RA, Rinehart W, Blackburn R, Geller JS, Shelton JD. *The Essentials of Contraceptive Technology*, Baltimore: Johns Hopkins University, 1997.
- OMS. *Medical Eligibility Criteria*. Geneva: WHO, 2001.

Internet

<http://www.paho.org> (Acessar Saúde Sexual e Reprodutiva)

Saúde da Família e da População

Saúde da Criança e da Família

O município é o espaço ideal para a geração de políticas, estratégias, planos e programas integrais em prol da saúde na infância; é aí onde atuam os distintos atores envolvidos no processo de desenvolvimento humano tais como os setores de saúde, educação, moradia, trabalho, recreação, esporte, além das organizações sociais e da comunidade em geral. É em nível local que se podem tomar as decisões em conjunto com as pessoas, respondendo mais de perto às necessidades e expectativas. É em nível municipal que se podem integrar as ações para gerar sinergia em prol da saúde e desenvolvimento infantil, através de ações intersetoriais, participação social e comunitária, assim como mobilizar recursos para o alcance destes objetivos.

Algumas estratégias recomendadas para o nível local:

- ▶ Pela relevância que tem a saúde na infância, seria útil a criação de um grupo inter-setorial no âmbito municipal que advogue e trabalhe em prol da saúde infantil e que apresente e contribua com as principais diretrizes e estratégias, convocando aos diferentes setores e atores da comunidade para um trabalho conjunto;
- ▶ Geração de políticas e estratégias locais de apoio à família e, especialmente, à mulher inserida no mercado de trabalho para poder criar seus filhos de forma adequada: acesso à informação e educação, criação de berçários, creches e jardins de infância, fortalecimento de redes de apoio social, desenvolvimento da educação pré-escolar e outras;
- ▶ Desenvolvimento, fortalecimento e reorientação dos serviços de saúde para assegurar atenção acessível, de qualidade e oportuna, às crianças desde a concepção; não só nos aspectos curativos das enfermidades, mas também ações de prevenção (vacinas, educação) e promoção da saúde (apoio e incentivo à lactância materna, estilos de vida, ações sobre o ambiente físico, psíquico e social);
- ▶ Criar ou fortalecer uma rede de referência e contra-referência nos serviços de saúde que permitam abordar de forma precoce os problemas detectados evitando atrasos irreversíveis no crescimento, desenvolvimento e saúde das crianças;
- ▶ Promoção e oferta de alimentos saudáveis para o consumo na escola e no lar, incentivando o consumo de frutas e verduras;
- ▶ Criar ou melhorar espaços comunitários de recreação e/ou áreas verdes onde possam interagir as crianças e seus familiares, assim como lugares para praticar atividade física e esportes;
- ▶ Utilizar a comunicação social como um recurso permanente (meios de comunicação de massa, materiais gráficos, etc.) para ajudar a gerar conscientização nas famílias e nas crianças sobre a importância da saúde (como um conceito positivo) e da qualidade de vida como um bem a ser conquistado;
- ▶ Gerar ambientes saudáveis para a infância, tais como:
 - Ambientes livres de fumo;
 - Legislação ou regulamentação em relação à restrição do fumo, do álcool e das drogas (nas escolas, nas ruas, em locais públicos, em edifícios governamentais, etc.);
 - Embelezamento e manutenção de praças e jardins;
 - Pavimentação de ruas e melhoramento de moradias;
 - Adequada destinação de resíduos sólidos e líquidos;
 - Propiciar a criação e funcionamento de grupos comunitários para cuidar do meio-ambiente em que participem as crianças e suas famílias;

Promoção e Proteção da Saúde/ Saúde da Família e da População

- Promoção de eventos e atividades que favoreçam a interação social entre as pessoas;
- ▶ Vigilância e aplicação de políticas locais em relação à restrição do trabalho infantil, do maltrato e do abuso sexual.

Material disponível:

- ▶ Myers, R.G 1993b. OPS Publicación científica # 545 “Los doce que sobreviven”. Washington, DC: OPS, 1993.
- ▶ OPS, 42nd Directing Council 52nd Session of the Regional Committee. Washington, DC: Septiembre 2000.
- ▶ Bases para la formulación de políticas a favor de la niñez, la adolescencia y la mujer. Lineamientos para las metas de Salud, Nutrición y Desarrollo para la próxima década. V Reunión Ministerial Americana sobre Infancia y Política Social. Kingston, Jamaica, Octubre 9-13 de 2000. Documento preparado por OPS.

Internet:

<http://www.worldbank.org/children>

<http://www.nichd.nih.gov/>

<http://www.paho.org> (Acessar Saúde da Criança)



Saúde da Família e da População

Saúde e Desenvolvimento do Adolescente

Para os adolescentes e jovens, o nível municipal ou local, oferece vários ambientes (lar, escola, centro de saúde, local de trabalho, rua, organizações comunitárias, centros residenciais, locais de recreação e lazer, entre outros) onde se manifestam a cultura, os estilos de vida, os comportamentos e as atitudes, constituindo-se, assim, no ambiente onde se dá a participação e a interação em suas variadas formas. É em nível local que se dá o contato direto entre indivíduos, famílias e grupos sociais e onde se gera a comunicação e as oportunidades de educação e promoção da saúde. Neste sentido, a inclusão e o protagonismo dos adolescentes e jovens no planejamento local participativo é fundamental para implementar as estratégias de Municípios Saudáveis.

Intervenções e estratégias recomendadas para o nível local

Para que as intervenções e estratégias sejam efetivas, é fundamental que o adolescente seja o eixo das atividades de promoção da saúde. É necessário assegurar que sua participação no processo de tomada de decisão de assuntos que os afetam. Uma cultura de participação se alcança oferecendo oportunidades aos adolescentes para que dêem sua opinião, desenvolvam suas habilidades e formem parcerias com os adultos para que juntos promovam uma comunidade melhor e mais saudável.

Quanto a	O que fazer?	Como fazer?
Os serviços de saúde	<ul style="list-style-type: none">▶ Melhorar o acesso e a qualidade da atenção em saúde para os adolescentes a partir dos serviços já existentes, assegurando o direito do adolescente à saúde e à confidencialidade de seus dados;▶ Coordenar os serviços oferecidos com as redes comunitárias.	<ul style="list-style-type: none">▶ Reorientá-los e integrá-los através de um plano intersetorial e de parcerias estratégicas.▶ Através da criação de redes de organizações e educação para adolescentes sobre os recursos disponíveis na sua comunidade.
Ambientes	<ul style="list-style-type: none">▶ Trabalhar com a família, escola, grupo de colegas e amigos, comunidade, associações, igreja, centros juvenis, eventos esportivos, feiras educativas, atos culturais, ruas, praças, etc.▶ Apoiar a família para que possa lidar de forma adequada com o adolescente, compreendê-lo e responder às suas necessidades da melhor forma possível.▶ Apoiar leis que diminuam o acesso dos adolescentes ao tabaco, álcool e porte de armas de fogo.▶ Construir uma imagem pública dos adolescentes que fortaleça os aspectos positivos.	<ul style="list-style-type: none">▶ Assegurar o acesso aos serviços comunitários, recreativos, culturais, escolas áreas livres ou espaços abertos.▶ Pode ser realizado um trabalho direto com a família, com a formação de grupos de discussão e/ou capacitação, entre outros.▶ Legislação municipal: proibindo a venda de bebidas alcoólicas e tabaco nos supermercados, por exemplo.▶ Criando histórias de vida positivas, de adolescentes nos meios de comunicação.

<p>Apoiar a transição da adolescência para a vida adulta</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Fortalecer a organização juvenil e promover a participação voluntária dos jovens nas atividades da comunidade. ▶ Fazer o contato e intercâmbio dos jovens com o mercado de trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Através do apoio aos projetos desenvolvidos pelos próprios adolescentes. Fazendo com que participem das campanhas de prevenção de dengue, vacinação, entre outras atividades; ou através do movimento dos ECOCLUBES, Rede de Jovens. ▶ Projetos de Micro-empresas Juvenis ▶ Realizar contatos com empresas na comunidade que ofereçam capacitação e trabalho aos adolescentes.
<p>Âmbito Escolar</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Definir políticas educacionais locais que melhorem o ambiente escolar e a relação da escola com os pais e a comunidade. ▶ Apoiar as políticas educacionais que vinculem saúde e educação. 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Capacitando as equipes escolares e, também, promovendo atividades recreativas junto à comunidade. ▶ Através da estratégia de Escolas Promotoras da Saúde.

Materiais disponíveis:

Solicite CD-Rom com todas as publicações do Programa de Adolescência a singlets@paho.org

Internet:

<http://www.bireme.br/bvs/adolec/homepage.htm>

<http://www.paho.org> (Acessar Saúde do adolescente)

E-mail:

adolec@bireme.br



Saúde da Família e da População

Escolas Promotoras da Saúde: Iniciativa Regional

A iniciativa de Escolas Promotoras de Saúde, estratégia global lançada na nossa Região em 1995, tem por objetivo melhorar a saúde das crianças, dos professores e outros membros da comunidade escolar.

A iniciativa tem três componentes principais:

1. **Educação em saúde integral e capacitação em habilidades para a vida**, para a aquisição de informações, conhecimentos e habilidades que facilitem a adoção e manutenção de comportamentos saudáveis;
2. **Ambientes saudáveis para criar** e manter ambientes escolares e entornos que facilitem a saúde e o aprendizado e desenvolvam atitudes e relacionamentos positivos entre as crianças e os profissionais da escola;
3. **Serviços de saúde e nutrição**, com o objetivo de fortalecer a colaboração entre os setores de saúde, educação e outros, e para facilitar a prestação de assistência em saúde, nutrição e aconselhamento psicológico e respectivos serviços de referência necessários para a população escolar.

Acreditação de Escolas Promotoras de Saúde

Os países da América Latina e do Caribe estão desenvolvendo mecanismos e diretrizes locais para a acreditação de Escolas Promotoras de Saúde.

Uma Escola Promotora de Saúde é aquela que:

- ▶ **Implementa políticas** que apoiam o bem-estar individual e coletivo e a dignidade, e provê múltiplas oportunidades para o crescimento e desenvolvimento para as crianças e adolescentes;
- ▶ **Implementa estratégias** que encorajam e apoiam a aprendizagem e a saúde, impulsionando isto com cada elemento disponível, engajando autoridades de saúde e educação, professores, administradores escolares, pais, prestadores de serviços de saúde e líderes comunitários no planejamento e desenvolvimento de atividades de saúde na escola;
- ▶ **Envolve todos os membros da comunidade e da escola** na tomada de decisões e na condução de intervenções que promovam a aprendizagem, estilos de vida saudáveis e projetos de promoção da saúde na comunidade, incluindo professores, pais, estudantes, líderes comunitários e ONG's;
- ▶ **Tem um plano de ação** para melhorar a ambiente físico e psico-social, na escola e na comunidade;
- ▶ **Implementa ações** para melhorar a saúde dos estudantes, dos profissionais e funcionários da escola, dos familiares e da comunidade;
- ▶ **Provê capacitação relevante e efetiva** para os professores e material de educação em saúde;
- ▶ **Tem uma comissão local de saúde e educação** com participantes ativos da Associação de Pais e Mestres (Professores), ONG's e organizações comunitárias.

Algumas estratégias recomendadas para o nível local

- ▶ Desenvolver a capacidade de cada escola de criar e manter ambientes que reforcem a saúde de quem aprende, ensina e trabalha na escola;
- ▶ Capacitação em nível local para a utilização das estratégias de "habilidades para a vida";
- ▶ Facilitar a participação de todos os integrantes da comunidade educacional na tomada de decisões;
- ▶ Realizar atividades de extensão educacional com as associações de pais, organizações comunitárias, setor de saúde e outros;

Promoção e Proteção da Saúde/ Saúde da Família e da População

- ▶ Convocar a sociedade para que participe na implementação de ações para evitar a evasão escolar, assim como de ações dirigidas a envolver e recuperar as crianças e jovens que estão fora do sistema educacional;
- ▶ Nutrir e consolidar as Redes Latino-Americana e Caribenha de Escolas Promotoras da Saúde, como um espaço estimulante para professores, alunos e pais promovendo o intercâmbio de idéias, recursos e experiências;
- ▶ Impulsionar o desenvolvimento de mecanismos e diretrizes para a acreditação de escolas como Escolas Promotoras de Saúde.

Material disponível:

- ▶ Vídeo-tape: "Escolas Promotoras de Saúde" (OPAS).
- ▶ Documentos donde se relatam experiencias de escuelas promotoras de salud en diversos países de América:
 - PAHO - World Bank (1998) Initiative XXI Century Schools: Educating for Life. Progress Report of the Partnership Between the Pan American Health Organization (PAHO/WHO) and the World Bank.
 - PAHO (1995) Educación para la salud en el ámbito escolar: Una perspectiva integral. HSS/SILOS-37.
 - PAHO (1996) Escuelas Promotoras de Salud: Modelo y Guia para la accion. HSP/SILOS-36.
 - PAHO (1998) "Escuelas Promotoras de Salud: Entornos Saludables y mejor salud para las generaciones futuras", OPS/OMS, Washington DC, 1998, Comunicación para la Salud n.13.
 - PAHO (1997) School Health and Nutrition in Latin America and the Caribbean: Challenges in the New Millennium. A partnership Between the Health Promoting Schools Initiative of PAHO/WHO and the Latin America and the Caribbean School Health and Nutrition Program of the World Bank.
 - World Bank- PAHO (1998) School Health and Nutrition Programs in Latin America and the Caribbean. The Ten Who Go to School.
 - WHO (1998) WHO's Global School Health Initiative. Healthy Promoting Schools;
 - OPS (2002) Resultados de Encuesta de la Iniciativa Regional Escuelas Promotoras de la Salud.
 - OPS-INCAP (2002) Escuelas Promotoras de la Salud: La Experiencia Centroamericana OPS (2002).

Internet

<http://www.paho.org/> (Acessar Escolas Promotoras da Saúde)

E-mail:

escusalu@paho.org

Saúde da Família e da População

O Idoso e Sua Família

A maioria dos países latino-americanos ainda está combatendo a falta de recursos sociais para a promoção e para o desenvolvimento das crianças, jovens, mulheres e homens e tem também o desafio de buscar soluções para a promoção e para o desenvolvimento de uma população que se encontra em constante envelhecimento. Devem ter em conta que para alcançar um bom estado físico, psíquico e espiritual, uma pessoa deve levar uma vida saudável e, para isto, são necessárias leis que o protejam, ofereçam-lhe segurança social (tanto institucional como familiar), emprego e rendimentos dignos e uma habitação adequada à sua idade.

As Nações Unidas definem a população idosa como a população de 60 anos ou mais. Entretanto, é importante distinguir que entre os idosos há diferenças que dependem não só da sua idade mas também de seu estado de saúde, sua situação sócio-econômica e do apoio familiar que tenham.

As intervenções nas áreas social e de saúde devem atender às necessidades dos diversos grupos de idosos, especialmente os mais vulneráveis, pois têm uma combinação de fatores de risco, tais como: idade avançada, incapacidade, pobreza e ausência de uma rede social de apoio. Para que uma comunidade melhore a qualidade de vida de seus idosos, deve-se permitir que eles participem na identificação de seus problemas e na elaboração de propostas adequadas aos diversos grupos de idosos.

Algumas estratégias recomendadas para o nível local

- Integrar os idosos no processo de planejamento participativo local;
- Analisar a situação dos idosos na comunidade;
- Elaborar normas para evitar que os idosos sejam discriminados devido a sua idade, permitindo-lhes acesso a um trabalho produtivo, educação contínua, pequenos empréstimos, etc.;
- Criar oportunidades de trabalho e educação para os idosos, incentivando a solidariedade entre gerações e o reconhecimento de sua contribuição para a comunidade;
- Implementar programas que gerem rendimentos para que os idosos melhorem suas condições de vida e a de suas famílias;
- Estimular oportunidades de aprendizagem, especialmente para aqueles que não sabem ler ou escrever;
- Implementar programas comunitários integrais para apoiar os idosos com incapacidades físicas ou mentais no interior da família;
- Fortalecer a atenção primária à saúde para os idosos com relação à qualidade dos serviços prestados.

Idosos em relação a idade, estado de saúde, situação econômica e apoio social

Idade

- Idosos jovens (60- 74)
- Idosos mais velhos (75 +)

Condição de Saúde

- Idosos saudáveis
- Idosos com enfermidades crônicas
- Idosos com incapacidades

Situação Econômica

- Idosos em extrema pobreza

Promoção e Proteção da Saúde/ Saúde da Família e da População

- ▶ Idosos pobres
- ▶ Idosos com rendimentos suficientes

Apoio Social

- ▶ Idosos sozinhos
- ▶ Idosos com família
- ▶ Idosos com rede social

Material disponível:

OPAS. *Guía Clínica de Atención Primaria a las Personas Mayores*. Washington, DC: PAHO, 2002.

OPAS. *Guía para el Desarrollo de un sistema integral de apoyos para promover el envejecimiento activo*. (Disponível em inglês e espanhol).

OPAS. *Protocolo del estudio multicéntrico: Salud, bienestar y envejecimiento en América Latina y el Caribe*. (Disponível em inglês e espanhol).

OPAS. *Promover un estilo de vida para las personas adultas mayores. Guía Regional para la promoción de la actividad física*. (Disponível em inglês e espanhol).

OMS. *Active Aging: a Policy Framework*. (WHO/NMH/02.8) (Disponível em inglês e espanhol).

Internet:

<http://www.paho.org> (Acessar Saúde Idoso)



Alimentação e Nutrição

Amamentação Materna e Alimentação Suplementar

O espaço local, urbano e rural, de escolas, igrejas, clubes de mães, entre outros, permite consolidar as estratégias nutricionais e os acordos nacionais, em trabalho direto com a comunidade para melhorar e salvaguardar uma prática de boa alimentação e amamentação entre os bebês e as crianças pequenas.

Estratégias recomendadas para o nível local

- ▶ Promoção da amamentação materna exclusiva através de:
 - Iniciação da amamentação materna desde o momento do nascimento;
 - Promoção da amamentação a livre demanda;
 - Evitar o uso de seringas, outros leites, chás, sucos e uso de mamadeiras;
 - Formação de grupos de apoio “mãe a mãe” (grupos de apoio);
 - Promoção de aconselhamento nos serviços de saúde sobre a amamentação materna;
 - Promoção das iniciativas de “hospitais amigos da mãe e da criança”;
 - Criação de ambientes “amigos da prática da amamentação materna”;
 - Assegurar que em lugar com alta prevalência de HIV as mães tenham acesso a informação para alimentar as crianças.
- ▶ Promover a amamentação materna e alimentação complementar adequada através de:
 - Continuar amamentando à livre demanda;
 - Diversificar a dieta para melhorar a qualidade e a ingestão de micronutrientes;
 - Consumir carne, frango ou peixe diariamente ou o mais freqüentemente possível;
 - Utilizar sempre que possível alimentos enriquecidos;
 - Aumentar a freqüência da alimentação à medida em que o lactante cresce;
 - Dar aos lactantes de 6 a 8 meses alimentos complementares 2 a 3 vezes ao dia;
 - Dar aos lactantes de 9 a 11 meses e de 12 a 24 meses alimentos complementares 3 a 4 vezes ao dia, com um lanche adicional (tais como frutas), de acordo com o desejado;
 - Praticar a higiene pessoal e o manejo adequado dos alimentos;
 - Lavar as mãos antes de preparar os alimentos;
 - Lavar as mãos do lactante antes de dar-lhe de comer;
 - Servir os alimentos imediatamente depois da preparação;
 - Servir as crianças utilizando copos ou outros recipientes limpos e não usar nunca mamadeiras.

Internet

<http://www.paho.org> (Acessar Nutrição e Proteção Alimentar)

Alimentação e Nutrição

Promoção de Dieta Saudável

O espaço local, urbano e rural, de escolas, igreja, clubes de mães, entre outros, se relacionam diretamente com a comunidade, facilitando a disseminação das recomendações dietéticas para melhorar os níveis nutricionais das pessoas.

Estratégias recomendadas para o nível local:

- ▶ Promover uma dieta rica com os nutrientes específicos necessários:
 - **Para anemia e deficiência de ferro:** estimular o consumo de verduras, folhas verdes, carnes, cítricos durante as refeições e desestimular o consumo de chá e café durante as refeições;
 - **Para a deficiência de Vitamina A:** estimular o consumo de abóbora, cenoura, manga, tomate e verduras de folhas verdes;
 - **Para a falta de Iodo:** estimular o consumo diário de sal iodado;
 - **Para melhorar o nível de Folatos:** estimular o consumo de verduras de folhas e carne.
- ▶ Promoção da fortificação de um alimento de consumo de massa: por exemplo, a fortificação da farinha de trigo, farinha de milho, arroz, leite, espécies.
- ▶ Promoção da fortificação de um alimento dirigido ao consumo de grupos especiais, por exemplo, menores de três anos, grávidas e idosos.
- ▶ Promover a suplementação com ferro e folatos para as mulheres grávidas, mulheres em período fértil, adolescentes.
- ▶ Promover a suplementação com ferro e vitamina A para crianças menores de 3 anos.
- ▶ Promover a suplementação com vitamina A para mulheres imediatamente depois do parto.
- ▶ Vigiar permanentemente a situação nutricional da população.
- ▶ Advogar para uma boa nutrição em todos os grupos da sociedade civil e os indivíduos.

Material disponível:

OMS. *Iron deficiency anemia. Assessment, Prevention, and Control. A Guide For Programme Managers.* WHO/NHD/01.3., Genebra: OMS, 2001.

OMS. *Assessment of Iodine Deficiency Disorders and Monitoring their Elimination. A Guide for Programme Managers. Second Edition.* WHO/NHD /01.1., Genebra: OMS, 2001.

OMS. *Vitamin A supplements. A guide to their use in the treatment and prevention of vitamin A deficiency. Third Edition.* WHO/UNICEF/TVACK/HKI. WHO/NHD.01., Genebra: OMS, 2001.

Internet:

<http://www.paho.org> (Acessar Nutrição e Proteção Alimentar)

Alimentação e Nutrição

Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional-SAN

O que se entende por Segurança Alimentar e Nutricional – SAN?

Tem-se definido Segurança Alimentar como o estado através do qual todas as pessoas gozam de forma segura e permanente, o acesso aos alimentos que necessitam em quantidade e qualidade para seu adequado consumo e utilização biológica, garantindo-lhes um estado de bem-estar que colabore para o desenvolvimento humano.

Os pilares básicos da Segurança Alimentar e Nutricional são:

- Disponibilidade de alimentos
- Acessibilidade aos alimentos
- Consumo de alimentos
- Utilização biológica dos alimentos

Para alcançar de maneira sustentável a SAN no âmbito local, é necessário a integração das ações promovidas em cada um destes pilares.

Estratégias recomendadas para o nível local:

Qual é a função do município na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional:?

Os Prefeitos apoiados pelos Conselhos de Desenvolvimento e Associações Interinstitucionais têm uma oportunidade para realizar as seguintes funções em favor da SAN:

- Contribuir para a construção de municípios saudáveis e produtivos.
- Considerar na agenda política municipal a segurança alimentar e nutricional como estratégia de desenvolvimento humano e de redução da pobreza.
- Convocar e comprometer aos atores institucionais e comunitários, estabelecendo alianças, para analisar os problemas e decidir as ações orientadas a aumentar a disponibilidade, acesso, consumo de alimentos da população.
- Melhorar as condições de salubridade e ambientais que influem no melhor aproveitamento dos alimentos e redução das enfermidades infecciosas.
- Mobilizar recursos financeiros e não financeiros.
- Gerar espaços de intercâmbio de experiências.
- Coordenar o plano de abordagem da segurança alimentar e nutricional em situações de desastre.
- Vigiar a situação alimentar e nutricional como base para as decisões, detectando os grupos mais vulneráveis e focalizando as intervenções nestes.

Que ações pode realizar um município a favor da SAN?

- Formular políticas municipais e leis relacionadas com o acesso, consumo e proteção de alimentos.
- Formar líderes comunitários que impulsionem ações para aumentar a produção local de alimentos, melhorar o comércio de alimentos, bem como as práticas de consumo.
- Contribuir para o aumento da disponibilidade de alimentos no nível local através de:
 - Produção de alimentos nutricionalmente melhorados, culturalmente aceitáveis e de baixo custo.
 - Fomento de cultivos hidropônicos, sistemas integrados de produção de alimentos e uso de ecotecnologias.

Promoção e Proteção da Saúde/ Alimentação e Nutrição

- Fomento das agroindústrias e microempresas rurais com participação da mulher.
 - Proteção e inocuidade de alimentos através do melhoramento da higiene e infraestrutura de mercados, feiras livres, matadouros e comércio de rua.
 - Monitoramento e vigilância de alimentos fortificados para garantir que os produtos objetos do programa de fortificação contenham o(s) nutrientes especificadas pela lei do país, por exemplo: açúcar com vitamina A, sal com iodo, farinhas com ferro.
- ▶ Contribuir para melhorar o acesso dos alimentos, promovendo projetos de geração de emprego e de redução de preços de alimentos, tais como comércios comunitários/municipais, bancos de alimentos, fundos rotatórios, restaurantes comunitários.
- Orientar a população para melhorar seus hábitos e práticas de alimentação através de:
 - Educação alimentar e nutricional.
 - Promoção da amamentação materna e da adequada introdução de alimentação complementar.
 - Promoção de guias alimentares e atividade física como parte de estilos de vida saudáveis.
 - Promoção de escolas e de espaços saudáveis no nível municipal.
 - Alimentação escolar.
 - Organização de alimentação a grupos em situações de risco.
- ▶ Contribuir ao adequado aproveitamento dos alimentos através de:
- Coordenação com o Setor Saúde para o desenvolvimento de programas e projetos de promoção da saúde e nutrição da mulher e da infância.
 - Suplementação de mulheres grávidas, mulheres em idade fértil, escolares y adolescentes com ferro e ácido fólico.
 - Suplementação de vitamina A para mulheres pós-parto e crianças menores de 3 anos.
 - Abastecimento de água e seu manejo seguro.
 - Prevenção de enfermidades infecciosas que afetam o estado nutricional.

Material Disponível

INCAP/OPAS. *La Iniciativa de Seguridad Alimentaria y Nutricional en Centroamérica*.

INCAP/OPAS. *Modelo de operacionalização da segurança alimentar e nutricional em processos de desenvolvimento local*.

Videos:

INCAP/OPAS. "Metodología PROSAN".

INCAP/OPAS. "Cuando los esfuerzos germinan".

Internet:

<http://www.incap.ops-oms.org>

Alimentação e Nutrição

Promovendo a atividade física

Acelerada urbanização e as transformações demográficas nas Américas têm gerado resultados importantes nos estilos de vida, que estão levando à inatividade física e hábitos de alimentação deficientes. Juntos, estes fatores são responsáveis pelo rápido aumento das doenças não transmissíveis como as trombo-embolias, doença coronárias, a diabetes tipo 2 e alguns tipos de cânceres. De acordo com a OMS, estas doenças crônicas representam 60% das mortes no nível global, cifra que crescerá para 73% no ano 2020. O estilo de vida sedentário é um dos principais fatores que contribuem para as doenças não transmissíveis. Quase três quartos da população das Américas vive um estilo de vida sedentário. O excesso de peso tem alcançado dimensões epidêmicas na região e contribui para a aparição de várias enfermidades crônicas. Na maioria dos países do Caribe e Latino Americanos, a prevalência de sobrepeso entre as mulheres oscila entre 30 e 65% e de 20 a 50% entre os homens.

O aumento de estilos de vida sedentários não é somente uma questão de escolha individual, mas de um ambiente que promove a inatividade é mais um problema. Por exemplo, o aumento do transporte motorizado e o desenvolvimento de novos estilos de trabalhos resultam que as pessoas andam menos freqüentemente que no passado. Além disso, em muitos países a falta de segurança pública das ruas e a falta de espaços públicos para recreação são também importantes razões porque as pessoas resistem ser mais ativas.

Estratégias Recomendadas para o Nível local

O entorno ou ambiente imediato tem uma importante influência na participação das pessoas em atividades físicas e sua adoção como parte da vida cotidiana.

- Todos os esforços devem ser feitos para aumentar a segurança nas ruas e reduzir a criminalidade e facilitar que as pessoas adotem o hábito de caminhar pelas ruas regularmente.
- Formular regulações que assegurem o respeito os direitos dos pedestres de caminhar e estar seguro nas ruas.
- Manter as calçadas em ótimas condições e obrigar que os pedestres cruzem nas faixas de pedestres.
- Promover áreas exclusivas de pedestres em determinados locais da cidade. Isto não somente promove a atividade física, mas também a interação social e maior convivência comunitária.
- Engajar as escolas locais na luta contra inatividade. Eles podem fazer grandes contribuições compartilhando sua infra-estrutura de esportes com a comunidade.
- O líderes comunitários devem alocar recursos e implementar espaços para recreação seguros e acessíveis para recreação e atividade física para todos.
- Enfrentar o problema dos estilos de vida sedentários e envolver a comunidade, assegurando a participação de um grande número de parceiros dos setores público e privados, incluindo diversos setores como a educação, saúde, esportes, bem como o governo local.

Material Disponível

CDC. *Promovendo uma melhor Saúde para pessoas Jovens através da Atividade Física e de Esportes. Um relatório do Presidente para Secretaria de Saúde e Serviços Humanos e Secretaria da Educação.*

Promoção e Proteção da Saúde/ Alimentação e Nutrição

Livable Communities

http://www.lgc.org/freepub/PDF/Land_Use/focus/plan_to_walk.pdf

Manifesto de São Paulo para a Promoção da Atividade Física nas Américas.

<http://www.celafiscs.com.br/index.htm>

National Blueprint: Aumentando a Atividade Física entre Adultos de 50 anos ou mais velhos.

http://www.rwjf.org/app/rw_publications_and_links/publicationsPdfs/Age50_Blueprint_singlepages.pdf

Pate RR, Pratt M, Blair S et. al. *Physical Activity and Public Health*. JAMA, February 1, 1995; 273(5):402-407.

Sallis JF, Bauman A, Pratt M. *Environmental and Policy Interventions to Promote Physical Activity*. Am J Prev Medicine 1998; 15(4):379-397.

Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos, Centro de Controle e Prevenção de Enfermidades, Centro Nacional para Controle e Prevenção de Doenças Crônicas e Promoção da Saúde, Conselho Presidencial de Atividades Físicas e Esportes (1996): *Atividade Física e Saúde. Um Guia para os Cirurgiões. Atlanta, GA, 1996.*

<http://www.cdc.gov/nccdphp/sgr/sgr.htm>

Vida Chile. Agência Chilena para Promoção da Saúde.

<http://www.minsal.cl/>

OMS. Programa de Atividade Física

<http://www.who.int/hpr/physactiv/index.htm>

Internet

<http://www.paho.org> (Acessar Nutrição e Proteção Alimentar)



Saúde Mental

A Saúde Mental é um fator chave para a inclusão social e para a plena participação na comunidade e na economia. É também o núcleo principal para um desenvolvimento equilibrado e desempenha uma função muito importante nas relações interpessoais, na vida familiar e na integração social. Entretanto, apesar da pressão que exercem os transtornos mentais sobre a carga global das enfermidades e a influência da saúde mental no desenvolvimento e na produtividade da sociedade, a saúde mental segue sendo, ainda hoje, uma área esquecida da saúde pública. Com muita frequência não se reconhece a importância real da saúde mental. Milhões de pessoas sofrem de depressão, esquizofrenia, epilepsia e outros transtornos mentais com conseqüências devastadoras, portanto, necessitam ter acesso aos tratamentos que se têm mostrado eficazes. A avaliação de intervenções têm demonstrado que as pessoas com sofrimento mental podem melhorar e fazer contribuições úteis para a sociedade, principalmente se forem atendidas próximo aos seus familiares e de sua comunidade. Atualmente, contam-se com numerosos tratamentos possíveis. Entretanto, não basta atender à pessoa que sofre; o tratamento é um processo que requer esforço conjunto das famílias e outros entes próximos e queridos. Estudos realizados nos últimos anos na região das Américas têm mostrado que no ano 2010 mais de 11 milhões de pessoas vão padecer de algum transtorno emocional; é por isso que no início deste milênio, reconhece-se a saúde mental como um fator decisivo para o futuro de nossa sociedade.

Algumas estratégias recomendadas para o nível local

- Avaliação das creches quanto as suas atividades, instalações e pessoal segundo normas estabelecidas pela OMS;
- Capacitação e treinamento de docentes de crianças (nas creches e nas pré-escolas) e de adolescentes em técnicas de estimulação precoce e em habilidades sociais para prevenção de uso de drogas, álcool, distúrbios de comportamento, etc.;
- Treinamento de pessoal policial para socorrer e atender a pacientes psiquiátricos em situações relacionadas à violência;
- Promoção da participação familiar no tratamento das enfermidades mentais;
- Promoção de grupos de auto-ajuda para pessoas com problemas de saúde mental (vítimas de maus tratos, pessoas que perderam familiares, pessoas com problemas de abuso de drogas e de álcool);
- Capacitação de profissionais de saúde e de docentes para a identificação e apoio às pessoas que apresentem risco de suicídio;
- Incorporação das pessoas com sofrimento mental em programas de integração profissional;
- Disseminação de informação sobre temas de saúde mental.

Internet:

<http://www.paho.org> (Acessar Saúde Mental)

Saúde Mental

Prevenção e Controle do Uso de Tabaco

O impacto de reduzir o consumo de tabaco afeta a todos os setores e espaços da comunidade, sem importar faixa etária, gênero, nível sócio-econômico, etc. Entretanto, se os prefeitos adotarem políticas para promover ambientes saudáveis livres de tabaco, isto certamente terá um impacto positivo nas condições de saúde de toda a comunidade.

Algumas estratégias recomendadas para o nível local

- ▶ Promover os espaços livres de tabaco em nível local, seja nos locais públicos e nos locais de trabalho;
- ▶ Proibir o uso de tabaco em todos os estabelecimentos de saúde (centros de saúde, hospitais, clínicas, hospitais psiquiátricos, etc.), e de educação;
- ▶ Criar grupos de auto-ajuda ou oficinas de trabalho para os dependentes de tabaco que desejam abandonar o uso;
- ▶ Propiciar normas municipais que proíbam a publicidade de empresas de tabaco em eventos esportivos ou de recreação, promovendo o interesse de outras agências/empresas/organizações financiadoras que promovam estilos de vida saudáveis.

Material disponível:

Banco Mundial y Organización Panamericana de la Salud (OPS). *La epidemia del tabaquismo: Los gobiernos y los aspectos económicos del control del tabaco*. Publicación Científica No. 577. Washington, DC: OPS, 1999.

Internet:

Há várias experiências de implementação de políticas de ambientes “livres de tabaco” no nível municipal. As publicações mencionadas abaixo oferecem informações sobre como reduzir o uso do tabaco.

A internet oferece informações a respeito dos efeitos na saúde do fumante passivo e antecedentes detalhados sobre como desenvolver e implementar políticas de promoção de ambientes livres de tabaco, incluindo sugestões sobre como responder aos argumentos da indústria de tabaco.

Americans for Nonsmokers' Rights: <http://www.no-smoke.org/index.html>

“American Lung Association”: <http://navigation.helper.realnames.com/framer/1/0/default.asp?realname=American+Lung+Association&url=http%3A%2Fwww%2Elungusa%2Eorg&frameid=1&providerid=0&uid=30004963>

U.S. Environmental Protection Agency: <http://www.epa.gov/iaq/pubs/humo.html>

A internet da OPAS oferece alguns documentos:

<http://www.paho.org/> (Acessar Prevenção e Controle ao Uso de Tabaco)

Saúde Mental

Controle do Consumo de Álcool entre os jovens

Na América Latina e Caribe, 14% da carga total das enfermidades são atribuídas ao consumo de álcool. Esta carga é especialmente importante entre os jovens entre 15 e 25 anos. Apesar disso, hoje em dia as bebidas alcoólicas são facilmente acessíveis à juventude, a qual é objeto de campanhas agressivas de publicidade para que se iniciem ou mantenham-se consumindo álcool. Dada esta situação, os Municípios podem desempenhar um papel muito importante na redução ao acesso de álcool entre os jovens e menores de idade. É por isto que o Programa tem desenhado um objetivo e algumas estratégias básicas recomendadas para o âmbito local.

Objetivo: Evitar que os menores de idade consumam álcool

Estratégias Recomendadas para o nível local

1. Aplicação da norma sobre o limite de idade legal para a compra de bebidas alcoólicas.
2. Criação ou aplicação nos países que já existe uma legislação sobre as restrições do consumo de álcool segundo o tipo de estabelecimento ou espaço público (parques, eventos esportivos, etc.) e segundo dia ou hora.
3. Criação de legislação Municipal que proíba a publicidade ou o patrocínio de bebidas alcoólicas, dentro dos limites da capacidade legislativa do município.
4. Aplicação da legislação sobre vendas de bebidas alcoólicas ilegais, tais como as de produção caseira.

Material disponível:

Fernandez C et al. Prevención del consumo de alcohol y tabaco: guía didáctica para el profesorado de Primer Ciclo. Madrid: Ministerio del Interior, Gobierno de España, 1999.

Lehto, J. Approaches To Alcohol Control Policy. WHO Regional Publications European Series No. 63 Denmark: WHO, 1995.

OPS El consumo de sustancias adictivas en las Américas. Salud de las Américas 2000. Washington, DC: PAHO, 2002.

Ritson B. Community and Municipal Action on Alcohol. WHO Regional Publications European Series No.63, Denmark: WHO, 1995.

Saúde Mental

Legislação em Direitos Humanos como um instrumento para a Promoção e Proteção da Saúde

Os instrumentos gerais de direitos humanos estabelecidos pelo direito internacional protegem a todas as pessoas sem distinção alguma por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, afiliação política, origem nacional, condição social, posição econômica ou qualquer outra característica. Conseqüentemente, as pessoas com problemas de saúde, incapacidades ou em situação de vulnerabilidade se encontram também protegidas pelos instrumentos gerais estabelecidos pelo direito internacional para a defesa dos direitos humanos, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos¹; o Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos²; o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais³; a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem⁴, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos⁵ e seu Protocolo adicional em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais⁶ e a Convenção Européia para a Proteção de Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais⁷, entre outros. Com relação aos menores com incapacidades, os mesmos se encontram também protegidos pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.⁸ É evidente que se pode utilizar a normativa de direitos humanos para proteger pessoas com problemas de saúde ou com incapacidades. Como conseqüência, esta normativa pode ser um instrumento útil para a formulação de iniciativas encaminhadas a prevenir enfermidades e incapacidades, e melhorar o estado de saúde da população em geral. É lógico que se existem condições deploráveis em hospitais ou se submete as pessoas com sofrimento mental a tratamentos desumanos ou degradantes, ou se discrimina qualquer pessoa afetada por uma incapacidade ou problema de saúde, prejudicando ainda mais o estado de saúde dessas pessoas. Este é o primeiro vínculo entre direitos humanos e promoção da saúde: violações aos direitos humanos afetam a saúde.

Um segundo vínculo existente entre políticas e legislações sobre saúde em geral se refere às políticas ou legislações podem promover e proteger os direitos básicos e liberdades fundamentais ou simplesmente podem ser instrumentos para dificultar o exercício destes direitos. É necessário, então, incorporar nas políticas e legislações a normativa internacional existente relativa aos direitos humanos que tem sido previamente aceita pelos Estados como parte de seu ordenamento jurídico interno, em especial aqueles estândares que protegem os direitos humanos de qualquer ser humano

1. A.G. Res. 217 A (III), ONU Doc. A/810 p. 71 (1948).
2. A.G. Res. 2200, 21 ONU GAOR Sup. (No.16) 52, ONU Doc. A/6316 (1966). Entrou em vigor 23 de março de 1976 e 85 Estados as ratificaram.
3. A.G. Res. 2200A(XXI), 21 ONU GAOR Sup. (No. 16) 49, ONU Doc. A/6316 (1966). Entrou em vigor o 3 de janeiro de 1976 y 88 Estados as ratificaram.
4. 199 OEA res. XXX. OEA/Ser.L.V/182 doc. 6 rev.1, p.17 (1992).
5. OEA, Off. Rec., OEA/Ser.L./V.II.23 doc. 21 rev. 6 (1979). Entrou em vigor 18 de julho de 1978 y 25 Estados as ratificaram. O Chile ratificou este documento e aceitou a competência da Corte Inter-Americana de Direitos Humanos 21 de agosto de 1990.
6. OEA, No. 69 (1988), descrita em 17 de novembro de 1988, Documentos básicos em matéria de direitos humanos no sistema Inter - Americano, OEA/Ser.L.V/II.82 doc. 6 rev. 1, p. 67 (1992). Entrou em vigor 16 de novembro de 1999 y ha sido ratificado por 12 Estados.
7. 213 U.N.T.S. 221, E.T.S. No. 5. Entrou em vigor 3 de setembro de 1953 e 21 Estados as ratificaram.
8. Adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas 20 de novembro de 1989, entrou em vigência em 2 de setembro de 1990 e foi ratificada por Chile em 13 de agosto de 1990. Em seu artigo 23, os Estados reconhecem o direito das crianças que sofrem impedimentos físicos ou mentais a receber cuidados especiais e se comprometem a estabelecer medidas necessárias para garantir o desenvolvimento individual do menor.

Promoção e Proteção da Saúde/ Saúde Mental

cuja saúde possa se encontrar em uma situação de particular vulnerabilidade (exemplo: pessoas com incapacidades, crianças, adolescentes, idosos, etc.).

Ações que poderiam ser tomadas conforme a normativa internacional de direitos humanos para promover e proteger a saúde no âmbito municipal:

Algumas estratégias recomendadas para o nível local

- Disseminar os instrumentos internacionais (convenções, declarações, padrões especiais de proteção, recomendações, entre outros) sobre Direitos Humanos de maneira agradável, divertida e atrativa. Exemplo: através de cursos de capacitação;
- Expor os direitos básicos e liberdades fundamentais estabelecidos por documentos ratificados pelos Estados da Região e padrões especiais de proteção em lugares visíveis nas diversas instituições do Município, organismos públicos e privados, hospitais, estabelecimentos de assistência à saúde, escolas, etc;
- Apoiar a criação de juntas ou organismos municipais que supervisionem o cumprimento das normas de direitos humanos estabelecidas pelas Convenções Internacionais nos centros de saúde e hospitais, cujas atividades envolvam aos usuários, seus familiares e profissionais de saúde;
- Promover cursos de capacitação para professores de nível básico e fundamental, assim como professores universitários para alcançar um efeito multiplicador na comunidade e promover saúde;
- Promover cursos de capacitação para membros do Órgão Judiciário;
- Desenhar e divulgar materiais educativos como “Cartilhas”, “Manuais” “Folhetos”, “Fichas” sobre Direitos Humanos para grupos ou faixas de idade específicos, assim como promover campanhas de divulgação nos meios de comunicação sobre as normas de proteção dos direitos humanos e como utilizar estes instrumentos;
- Coordenar ações com os Ministérios da Saúde, Finanças, Seguridade Social, Centros de Saúde e Defesa dos Consumidores (Ombudsman) para proteger os direitos das pessoas com problemas de saúde, incapacidades ou grupos vulneráveis.

Material Disponível:

Convenções internacionais de direitos humanos ratificadas pelos Estados Membros da OPS/OMS.

Estândares internacionais de proteção aprovados pela Assembleia Geral das Nações Unidas (pessoas com incapacidades, idosos, crianças, etc.).

Estândares internacionais de proteção aprovados pela Comissão Inter-Americana de Direitos Humanos (OEA).

Estândares internacionais de proteção aprovados pelas agências especializadas das Nações Unidas (OPS/OMS, OIT, UNESCO, etc.).

Internet:

<http://oas.org> (Acessar Direitos Humanos)

Desenvolvimento de Recursos Humanos

É fundamental assumir de maneira efetiva o papel central dos recursos humanos nas reformas do setor saúde, decorrentes da descentralização dos serviços e do processo de municipalização. Estas transformações têm trazido novos desafios para os profissionais de saúde, bem como a necessidade de melhorar as condições de trabalho e formação, respondendo às novas demandas.

Estratégias recomendadas para o nível local

- ▶ Definir as competências para a saúde pública de acordo com as necessidades do sistema de saúde;
- ▶ Desenvolver instrumentos para capacitação profissional de acordo com as demandas locais;
- ▶ Estimular a capacitação permanente dos recursos humanos em saúde para aqueles que já se encontram trabalhando nos serviços de saúde do município ou aqueles em formação nas Escolas de Saúde Pública e Universidades;
- ▶ Estimular o uso das estratégias de comunicação social em saúde;
- ▶ Estabelecer parcerias com as universidades, escolas de saúde pública e instituições acadêmicas para fomentar a colaboração bilateral com o governo local, assegurando respostas mais adequadas às necessidades em saúde, no que diz respeito à formação de recursos humanos.

Material Disponível:

OPAS/CINTERFOR/ILO. Competencias: Manual De Conceptos, Métodos y Aplicaciones en el Sector Salud. (Somente em Espanhol).

OPAS: Manejo de Proyectos de Educación Permanente en los Servicios de Salud. (Somente em espanhol).

OPAS: “Manual on the Development of Health-Sector Communication In Healthy Municipalities” (Em preparação).

Internet:

<http://www.paho.org> (Acessar Sistemas e Serviços de Saúde)

Organização e Gerenciamento de Sistemas de Saúde: Serviços de Enfermagem

O pessoal do âmbito da enfermagem é freqüentemente o grupo que se dedica e proporciona seus serviços em tempo integral em municipalidades pequenas. A equipe de enfermagem demonstrou sua participação ativa no processo da reforma do setor da saúde, principalmente com relação ao nível local, configurando-se como um ator com grande potencial para desenvolver ações na implementação da estratégia de Municípios e Comunidades Saudáveis.

As enfermeiras têm desenvolvido programas e projetos efetivos para a prevenção de doenças crônicas e infecciosas, para o controle dos riscos durante a gravidez e parto e o período de pós-parto, e para o cuidado e monitoramento dos recém-nascido e das crianças abaixo dos 7 anos. Ajudaram também criar as políticas públicas que promovem o desenvolvimento sócio-econômico territorial e setorial. Exemplos de intervenções eficientes e eficazes da equipe de enfermagem para melhorar as condições da saúde das comunidades; inclui os enfermeiros rurais no Chile; o programa materno e infantil em Paraguai; imunização e as atividades promotoras de saúde rural em Bolívia; e saúde mental em Belize.

Nos países mais desenvolvidos, as atividades de enfermagem e cuidados de saúde são geralmente mais diversificados. A enfermagem domiciliária é uma estratégia que procura dirigir-se aos grupos mais vulneráveis, tais como as pessoas idosas, com dificuldades ou incapacidades de locomoção e crianças, além de ser uma alternativa para garantir o acesso, a qualidade e menores custos nos serviços.

Estratégias recomendadas para o nível local

- ▶ Através da descentralização, desenvolvimento local e atividades intersetoriais, criar instrumentos que ajudem os enfermeiros a desempenhar funções essenciais em saúde pública e atividades de promoção da saúde.
- ▶ Formular, executar e avaliar projetos de enfermagem que fortaleçam o desenvolvimento local e o setor da saúde na administração e prestação de serviços.
- ▶ Assegurar que os enfermeiros participem do processo de formulação, execução e avaliação de políticas públicas saudáveis e projetos intersetoriais que fortaleçam o desenvolvimento local.
- ▶ Desenvolver pesquisas sobre os componentes que promovam ou limitem territorialmente e que possam ser modificados através das intervenções de enfermagem.
- ▶ Estimular a capacitação de profissionais de enfermagem nas funções essenciais em saúde pública.
- ▶ Capacitar profissionais da área de enfermagem para o desenvolvimento das estratégias e atividades de municípios saudáveis.

Material Disponível:

OPAS. *Servicios de enfermería para contribuir al logro de la equidad, el acceso, la calidad y la sostenibilidad de los servicios de salud, 2001-2003*. Washington, DC: OPS, 2001 (OPS/HSP/HSO/020.01). (Disponível em Inglês e Espanhol).

OPAS. *Enfermagem em Saúde Pública e Funções Essenciais em Saúde Pública: uma Base para Prática no Século XXI*. Washington, DC: PAHO: 2001. (Disponível em Inglês, Português e Espanhol e francês).

OPAS. *Enfermagem nas Américas*. Washington, DC: OPS, 1999, (Publicação Científica 571). (Disponível em Inglês, Português e Espanhol).

Internet:

<http://www.paho.org/Project.asp?SEL=TP&LNG=ENG&CD=NURSI>

Outros Contatos:

Centro Colaborador da OPAS/OMS para o Desenvolvimento da Pesquisa em Enfermagem

CHS/HSS

Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto

Universidade de São Paulo – Campus Ribeirão Preto

Av. Bandeirantes 3900 Campus Ribeirão Preto

Ribeirão Preto, SP

Brasil 14049-902

Telefone: (55-016) 633-0379

Fax: (55 016) 633-3271/630-2561

e-mail: iamendes@glete.eerp.usp.br

www: www.fsp.usp.br/~cbcd

Centro Colaborador de la OMS/OPS para el desarrollo de la calidad en la educación y la práctica de Enfermería en América Latina.

Asociación Colombiana de Facultades de Enfermería

Carrera 13 No. 44-35 Oficina 1001

P.O.Box 57955

Santafé de Bogotá

Colômbia

Telefone: (57-1) 232-7743

Fax: (57-1) 232-8399

e-mail: acofaen@andinet.com

32

PAHO/WHO Collaborating Center for Nursing/Midwifery

Development in Primary Health Care

School of Nursing

University of Texas Medical Branch

301 University Blvd.

Galveston, Texas 77555-1029

Telefone: (409) 772-5029

Fax: (409) 772-5864/5118

e-mail: etanders@utmb.edu

www: www.utmb.edu

PAHO/WHO Collaborating Center for Healthy Cities

Institute of Action Research for Community Health

School of Nursing

Indiana University

1111 Middle Drive, Room 236

Indianapolis, Indiana 46202-5107

Telefone: (317) 274-3319

Fax: (317) 274-2285

e-mail: bflynn@iupui.edu or citynet@iupui.edu

www: www.iupui.edu

PAHO/WHO Collaborating Center for International

Nursing Development in Advanced Practice

School of Nursing

Columbia University

630 West 168th Street

New York, 10032

Telefone: (212) 305-3582

Fax (212) 305-1116

e-mail SSC3@Columbia.edu

Medicamentos Essenciais e Tecnologia de Serviços de Laboratório e Sangue

A transfusão de componentes e derivados do sangue humano serve para tratar pacientes com transtornos e enfermidades graves que não podem ser corrigidos por outros meios. A transfusão tem importância vital no tratamento de traumatismos, câncer e complicações no parto e permite praticar muitas intervenções cirúrgicas. Portanto, contar com componentes e hemoderivados para transfusão em centros assistenciais é indispensável para evitar a morte ou prevenir complicações maiores nos pacientes.

Algumas estratégias recomendadas para o nível local

- ▶ Desenvolver a política local dentro do contexto da política nacional sobre sangue;
- ▶ Estimular a adoção de normas legais pertinentes ao programa de sangue local;
- ▶ Comprometer os recursos humanos, intelectuais, físicos e econômicos no programa local de sangue, de acordo com as diretrizes do programa nacional;
- ▶ Desenvolver e fortalecer o programa local de sangue sobre a idéia da doação voluntária de sangue;
- ▶ Implementar um plano permanente de informação, educação e comunicação sobre a importância da doação voluntária repetida de sangue e sua contribuição na segurança transfusional;
- ▶ Realizar e participar em campanhas de doação voluntária de sangue assim como em atividades de reconhecimento aos doadores voluntários de sangue;
- ▶ Melhorar as condições de funcionamento e operação de bancos de sangue, serviços de transfusão ou centros de coleta, segundo seja o caso, através de investimento em infra-estrutura, equipes, manutenção, treinamento de pessoal, organização e planejamento local, assim como registros de informações confiáveis e disponibilidade de oferta de sangue e demais insumos, bolsas de coleta e reativos, entre outros;
- ▶ Apoiar e sustentar o sistema de inspeção, vigilância e acreditação de bancos de sangue;
- ▶ Incluir, dentro do plano de atendimento a desastres, o provimento de componentes e hemoderivados;
- ▶ Definir as fontes ou métodos de financiamento para o programa local de sangue para que este seja sustentável;
- ▶ Mobilizar recursos para assegurar o financiamento do plano local de provimento de componentes e hemoderivados;
- ▶ Garantir o acesso oportuno da população aos componentes hemoderivados da melhor qualidade possível.

Material Disponível:

Resolución Numero 15 del Consejo Directivo 41, celebrado en San Juan Puerto Rico 1999.

La seguridad de la sangre comienza por mí. Material de la celebración del día mundial de salud, abril 2000.

Estándares de trabajo para Bancos de Sangre y Servicios de Transfusión, 1999.

Medicina transfusional en América Latina 1994-2000, 2001.

Estudio de los aspectos socio culturales relacionados con la donación voluntaria de sangre, 2000.

Plan de trabajo Reunión Regional. Mérida, México, mayo de 2001.

Desenvolvimento de Serviços e Sistemas de Saúde/Medicamentos Essenciais

Internet:

www.paho.org

Serviços de Sangue:

<http://www.paho.org/project.asp?SEL=TP&LNG=ENG&CD=BLOOD>



Políticas Públicas e Saúde

O principal problema em saúde continua sendo a inequidade na atenção à saúde (acesso, recursos disponíveis, utilização e qualidade). Estes fatores interagem entre si e causam inequidades no estado de saúde em geral. Para uma resposta mais efetiva à estas questões, faz-se necessário compreender este processo a partir das relações que se estabelecem entre os determinantes de saúde (sociais, econômicos, de gênero, étnicos e outros), a nível regional, nacional e, principalmente local. No entanto, todo este processo deve estar associado ao fortalecimento dos grupos mais marginalizados, a criação de redes de apoio social e solidariedade entre as comunidades envolvidas.

Algumas estratégias recomendadas para o nível local

- Realizar investigações em nível local, utilizando técnicas que sejam adequadas à realidade e aos objetivos pretendidos;
 - a) Identificar e analisar as inequidades em saúde, bem como localizar geograficamente as inequidades para alcançar respostas mais efetivas;
 - b) Determinar os níveis de acesso e utilização dos serviços, de acordo às necessidades específicas de atenção em saúde;
 - c) Aprofundar o conhecimento dos fatores sócio-econômicos que estão mais fortemente associados com as inequidades em saúde em diferentes níveis de agregação, identificando possíveis determinantes e cadeias de associação.
- Realização de boletins informativos periódicos sobre as desigualdades em saúde em nível local;
- Aprofundar o estudo das relações de causalidade, os mecanismos de medição entre os macro determinantes e as desigualdades para que as intervenções propostas tenham maiores possibilidades de êxito;
- Enfrentar as desigualdades identificadas através da participação da sociedade, de todos os atores da comunidade, através de uma discussão aberta, democrática e participativa, como forma mais adequada e efetiva de resposta às desigualdades evitáveis, desnecessárias e injustas;
- Formular propostas de políticas para enfrentar as desigualdades e inequidades no setor saúde, considerando a compreensão das relações entre os macro determinantes de saúde sociais, econômicos, de gênero, étnicos e outros, e as desigualdades em nível local, regional e nacional.

Material Disponível:

Documentos: *Estudo Multicêntrico sobre Inequidades em Saúde*.

OPAS: Los módulos de salud en las encuestas de hogares de América Latina y el Caribe - Un análisis de cuestionarios recientes; Serie Informes Técnicos No. 72, Proyecto, Estudio sobre desigualdades en el acceso, uso y gasto servicios de agua potable en América Latina y el Caribe (Términos de Referencia).

<http://165.158.1.110/spanish/hdp/asp/encuestas.asp> (Base de Dados sobre Pesquisas de Moradias na América Latina e no Caribe).

Kunst, A.E.; Mackenbach, J.P.: "*Measuring socioeconomic inequalities in health*", EUR/ICP/RDP 416. OMS, Copenhagen, s/d.

Braveman, P. "*Monitoring equity in health: A policy-oriented approach in low and middle-income countries*", WHO/CHS/HSS/98.1. Geneva, 1998.

Dachs, N. *Inequidades en salud: Cómo estudiarlas*, en Restrepo, H.E. & Málaga, H. Promoción de la salud: Cómo construir vida saludable. OPS/OMS/Ed Médica Panamericana, 2000.

Internet:

<http://www.paho.org> (Acessar Equidade e Desenvolvimento Humano)

Mulher, Saúde e Desenvolvimento

A busca por melhores condições de saúde bio-psicossocial de toda a população implica na redistribuição das responsabilidades e do poder, entre mulheres e homens, para que se possa promover um desenvolvimento humano equitativo e sustentável em nível local.

Algumas estratégias recomendadas para o nível local

- ▶ Criar condições e mecanismos para que as mulheres e os homens de distintos grupos sociais, particularmente os menos favorecidos, participem equitativamente nas estruturas de poder comunitário que definem prioridades e distribuem recursos;
- ▶ Mobilizar os distintos setores da comunidade através da participação em Comitês Permanentes ou Mesas de Trabalho que se encontrem periodicamente com o objetivo de dar resposta social ao problema da violência doméstica;
- ▶ Viabilizar a incorporação e participação dos homens na saúde reprodutiva;
- ▶ Criar condições para que homens e mulheres de distintos grupos sociais tenham acesso aos recursos e à atenção de qualidade para atender suas necessidades específicas;
- ▶ Facilitar e implementar a redistribuição por sexo do trabalho e do poder na gestão de saúde na família, na comunidade e no sistema de saúde.

Material Disponível:

Gomez, E. *Equity, Gender, and Health Policy Reform in Latin America and the Caribbean*. Washington, DC: PAHO, 2000.

Drennan, M. *Reproductive Health: New Perspectives on Men's Participation*. Population Reports, Series J, No. 46. Baltimore, MD: John Hopkins University School of Public Health, Population Information Program, 1998.

OPAS. *Towards an Integrated Model Approach to Intrafamily Violence: Expansion and Consolidation of Interventions Coordinated by State and Civil Society*. Washington, DC: Women, Health, and Development Program, Pan American Health Organization, 2001.

Internet:

<http://www.paho.org/project.asp?SEL=OR&LNG=ENG&U=HDP&D=HDW>

<http://10.2.1.51/spanish/hdp/hdwmuje.htm>

Rede Eletrônica de Gênero e Saúde GENSALUD: gensalud@paho.org

Qualidade Ambiental

O espaço local, tanto urbano como rural, constitui-se em um âmbito privilegiado para desenvolver esforços sistemáticos com o objetivo de resolver os problemas e elevar a qualidade de vida dos cidadãos.

Algumas estratégias recomendadas para o nível local

Atenção Primária Ambiental (APA)

- Constituir um nível primário ambiental com a participação de todos os atores do nível local, na linha do conceito de “Desenvolvimento Sustentável”;
- Mobilizar e comprometer todos os cidadãos a participar e decidir sobre a qualidade ambiental do lugar onde vivem;
- Favorecer e fortalecer o nível local através do cuidado do meio ambiente e formar líderes ambientais para que alcancem sustentabilidade local;
- Contribuir para construção de Municípios Saudáveis, fomentando a participação e a educação ambiental no nível local;
- Estabelecer um nível de gestão ambiental local (nível primário ambiental) que inclua todos os atores locais, em particular o governo municipal e a comunidade;
- Identificar os problemas ambientais locais que têm repercussão direta na saúde e na qualidade de vida da comunidade ou município (elaboração de diagnósticos ambientais participativos), por exemplo:
 - Urbanos: contaminação atmosférica (industrial e doméstica), contaminação acústica, contaminação da água, abastecimento de água potável, lixo e escombros, uso indevido do solo, pragas, rua sem pavimentação, segurança e qualidade dos alimentos, queimadas não autorizadas, falta de espaços verdes, manejo inadequado dos canais, desastres naturais e emergências químicas, entre outros;
 - Rurais: saneamento básico, manejo de dejetos, erosão e desflorestamento, praguicidas e outros.
- Realizar vigilância ambiental através da construção de indicadores ambientais.

Ecoclubes

- Promover e difundir a formação de “ECOCLUBES”;
- Promover atividades que convoquem a outros ecoclubes de outras comunidades;
- Nutrir a Rede Internacional de Ecoclubes;
- Destacar a importância dos Ecoclubes na formação de líderes para o futuro, dentro de uma diretriz de controle e preservação do meio ambiente, de exercício da democracia participativa, de capacitação e de promoção da responsabilidade nos jovens.

Material disponível:

OPS/OMS: Atención Primaria Ambiental, Washington, DC, OPS, 1998. (Em Inglês, Espanhol e Português).

OMS/PNUD: El camino saludable hacia un mundo sostenible - Salud, medio ambiente y desarrollo sostenible.

OPS: Programa Marco de Atención al Medio para los Sistemas Locales de Salud en las Américas.

- Videocasete: "Atención Primaria Ambiental".
- Videocasete: "Ecoclubes".

Saúde e Ambiente/Calidad Ambiental

Internet:

http://www.paho.org/spanish/HEP/HES/hes_home.htm

CEPIS (Centro Pan-Americano de Engenharia Sanitária e Ciências do Ambiente):

<http://www.cepis.org.pe>

Curso à distância: <http://www.cepis.ops-oms.org/eswww/reucur98/cursoint.html>



Qualidade Ambiental

Ambientes de Trabalho Saudáveis

Promover ações que possam servir, nos governos locais, como fatores de mudança para melhorar os fatores físicos, biológicos, químicos, psicossociais e organizacionais que influenciam na saúde e bem-estar dos trabalhadores e que, portanto afetam o desenvolvimento municipal. Dentro do contexto da saúde do trabalhador, a promoção e a prevenção é uma questão central, consequentemente com um grande impacto na legislação referente a este setor.

Estratégias recomendadas para o nível local

- Promover a qualidade de vida nos ambientes de trabalho, enfatizando:
 - a) Uma mudança cultural;
 - b) A participação dos trabalhadores, de forma individual e coletiva, para promover estilos de vida saudáveis;
 - c) Fortalecer os grupos de trabalhadores para que possam tomar decisões adequadas para um trabalho seguro, saudável e digno;
 - d) Utilizar diversas estratégias de Promoção da Saúde, tais como: municípios, cidades, hospitais, hotéis saudáveis e Atenção Primária Ambiental para estabelecer ambientes e lugares de trabalho saudáveis.
- Incorporar a saúde dos trabalhadores no nível de Atenção Primária da saúde.
- Difundir e trocar experiências desenvolvidas nos vários países da região, utilizando meios eletrônicos (redes eletrônicas como PROMSALUD e HECONet) e meios de comunicação de massa, e durante os eventos nacionais e internacionais relacionados com a saúde, segurança e bem-estar dos trabalhadores.
- Convocar os setores governamentais, não governamentais, trabalhistas, público e privado e a sociedade civil para participar no desenvolvimento de projetos relacionados com o tema.

Material disponível:

PAHO. *Regional Plan on Workers' Health*. PAHO/OMS. Division of Health and Environment Workers' Health Regional Program. Washington, DC. May 6-7, 1999.

OPS. *Orientaciones Estratégicas y Programáticas* 1999-2002.

Plan de Acción para la PSLT 2000-01, Plan Regional de Salud de los Trabajadores: Organización de grupos y presentación de Guías de Trabajo. San José, Costa Rica, 15-17 marzo, 2000.

Informe: *Taller Estrategia de Promoción de la Salud de los Trabajadores en América Latina y el Caribe. Temas: Empresas, Centros y Puestos de Trabajo Saludables*. San José, Costa Rica, 15 a 17 marzo, 2000.

Informe: *Sesión de Redes y Talleres: Promoción de la salud en los lugares de trabajo en América Latina y el Caribe: un plan de acción*; Ciudad de México, 5-9 junio, 2000.

Internet:

Lista de discussão PROMSALUD: promsalu@listserv.paho.org

Saneamento Básico

As autoridades locais são as que têm a oportunidade e a responsabilidade de eliminar os riscos à saúde que as águas de má qualidade, o manejo de resíduos sólidos e a deterioração das habitações e seu ambiente representam para a população local.

De acordo com a Divisão de Saúde e Meio-Ambiente da OPAS, há três aspectos relacionados a este problema: saneamento básico, risco ambiental e saúde e desenvolvimento ambiental. Além da saúde, saneamento e questões relacionadas ao meio ambiente, há também uma enorme demanda na região por segurança, emprego e ambientes urbanos adequados.

As metas da Organização para o quadriênio são implementar o Plano Estratégico e as Orientações Programáticas. Água e saneamento ambiental são aspectos chaves para a redução da mortalidade e morbidade em geral, para as crianças em particular. Desinfecção da água é uma necessidade básica na Região, e tremendos avanços e progressos têm sido feitos a este respeito durante a década passada. Uma avaliação global desta década mostram que os países, as municipalidades e as cidades têm realizado avanços importantes na desinfecção da água potável, em termos de conhecimento e prática. Estes esforços necessitam continuar e a meta é perfeitamente atingível.

Algumas estratégias recomendadas para o nível local

Abastecimento de água e saneamento básico

- Promover a desinfecção da água em domicílios, onde não existem serviços de abastecimento de água potável e onde estes funcionam intermitentemente;
- Difundir e descentralizar a idéia educativa da celebração do “Dia Inter Americano da Água (DIAA) e constituir Comitês Coordenadores do DIAA em cada localidade para que sejam realizadas atividades educativas que estimulem a participação comunitária;
- Capacitação à distância para serviços municipais que atendam em torno de 50.000 habitantes;
- Educação sanitária para criar hábitos adequados de higiene em Escolas Promotores de Saúde;
- Difundir e tomar contato com o Centro Pan-Americano de Engenharia Sanitária e Ciências do Ambiente (CEPIS/PAHO);
- Fomentar a participação da comunidade em ações de água e saneamento, em especial em áreas rurais e urbanas marginalizadas.

Resíduos Sólidos e de Estabelecimentos de Saúde

- Difundir e promover a iniciativa “Crianças fora do lixo”;
- Promover a capacitação de dirigentes ou líderes locais através da realização do “Curso de capacitação à distância para recolhimento e destino final de resíduos sólidos”;
- Promover a implementação de projetos de reciclagem, reutilização e aproveitamento de resíduos sólidos.

Habitação e seu Ambiente

- Promover habitações saudáveis e a participação comunitária em relação a iniciativas que apoiem o melhoramento da qualidade de vida;
- Promover e nutrir as redes sobre e de habitação;
- Promover o sistema de educação à distância para garantir a “auto-sustentabilidade” das iniciativas.

Saúde e Ambiente/Saneamento Básico

Material disponível:

OPAS/CEPIS: *Desinfecção y uso del agua al nivel domiciliario.*

OPAS/CEPIS: *Desinfecção del agua y alimentos al nivel domiciliario. Proyecto Demostrativo en comunidades rurales y urbano marginales del Perú.*

OPAS/OMS: *CD Rom Calidad de Agua: desinfección efectiva.*

OPAS/OMS, AIDIS, CWWA, UNICEF: *Guía de trabajo sobre agua y saneamiento ambiental en las escuelas y comunidades de América Latina y el Caribe.*

OPAS/OMS: *Serie, Autoridades locales, salud y ambiente (bajar del internet).*

OPAS/OMS: *El impacto ambiental en la salud de los niños.*

OPAS: *CD Rom Red Interamericana de Centros de Salud en la vivienda.*

OPAS: *Programa Marco de Atención al Medio para los Sistemas Locales de Salud en las Américas.*

Encontra-se em preparação um Módulo de Capacitação para agências e/ou entidades que promovem o fortalecimento da capacidade da Gestão Ambiental Local.

Internet

CEPIS: <http://www.cepis.ops-oms.org>

Curso a distância: <http://www.cepis.ops-oms.org/eswww/reucur98/cursoint.html>

http://www.paho.org/english/HEP/HES/hes_home.htm



Programa de Enfermidades Não-Transmissíveis

As doenças não-transmissíveis têm representado o principal problema de saúde na América Latina e Caribe. Estas são as doenças cardiovasculares, câncer ou enfermidades devido a causas externas, como traumas ou lesões provocados por acidentes, suicídios e homicídios. Com o objetivo de responder a esta demanda, a OPAS desenvolveu em 1995 o Programa CARMEN (Conjunto de Ações para a Redução Multifatorial das Enfermidades Não-Transmissíveis) como uma ferramenta prática para melhorar as condições de saúde da população reduzindo a prevalência dos fatores de risco associados com as doenças não-transmissíveis. Para alcançar tais objetivos, o programa adota como principal estratégia a ação integrada que é caracterizada por intervenções direcionadas a reduzir um conjunto de fatores de risco comuns às doenças não-transmissíveis. Desta forma, são realizadas, tanto em nível individual como comunitário, intervenções combinadas dirigidas simultaneamente à população em geral e aos grupos de alto risco, através dos serviços de saúde.

Algumas estratégias recomendadas para o nível local

- Implementar programas de promoção e prevenção que integrem todos os fatores de risco associados com as doenças não-transmissíveis ou prejuízos não intencionais, como:
 - a) condições biológicas: pressão sanguínea e colesterol, obesidade e diabetes;
 - b) comportamentos de consumo não saudáveis: fumo, hábitos alimentares e excessivo consumo de álcool;
 - c) ausência de comportamentos de proteção e promoção da saúde: estilos de vida sedentária e falta de uso de cinto de segurança;
 - d) fatores psicossociais: estresse, suporte social e ambiente de trabalho;
 - e) fatores de risco específicos referentes às prioridades de cada município.
- Garantir a implementação de programas para a população em geral, direcionando as ações de intervenção segundo as especificidades da população, como:
 - a) crianças, jovens, populações especiais, grupos de alto risco, através da intervenção em diferentes locais: comunidade, local de trabalho, escola e serviços de saúde;
 - b) profissionais de saúde e de outras áreas através de suas associações profissionais e locais de trabalho;
- Desenvolver políticas públicas e normas para estabelecer consensos entre os parceiros relevantes para a implementação das ações e na coordenação de seus esforços;
- Promover e estimular a capacitação dos profissionais da saúde com o objetivo de melhorar suas habilidades e aumentar o envolvimento na prevenção das doenças não transmissíveis, e ajudar a reorientar os serviços de saúde em relação à prevenção;
- Promover a ação intersetorial;
- Desenvolver metodologia para a avaliação do impacto e do processo de implementação das intervenções.

Material Disponível

CARMEN/CINDI 2000. Protocolo y directrices - Conjunto de acciones para la reducción multifactorial de enfermedades no transmisibles - Programa de intervención integrada de alcance nacional en enfermedades no transmisibles. OPS/OMS. 1997.

“Manifesto de São Paulo para a Promoção da Atividade Física nas Américas” - AGITA

Prevenção e Controle de Doenças/Enfermidades Não-Transmissíveis

SÃO PAULO.

OPAS/OMS/CDC: Proyecto "Muévete" - Manual del personal de salud - Evaluación y orientación médicas referentes a la actividad física.

MANUAL DE EVALUACIÓN DE PROCESOS. OMS/OPS/Centro Colaborador de la OMS para la Formulación de Políticas de Prevención de Enfermedades no Transmisibles en Ottawa.

Internet:

<http://www.paho.org/Project.asp?SEL=TP&LNG=ENG&CD=CARDI>

Para informações sobre estatísticas de doenças cardiovasculares:

<http://cvdinfobase.ic.gc.ca/gcvi/default.htm>



Programa de Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS

Com os crescentes avanços no tratamento da AIDS, principalmente levando a um prolongamento da expectativa de vida das pessoas que vivem com o HIV/AIDS, surgem novos desafios para as autoridades locais quanto à prevenção e atenção à saúde, com o objetivo de promover a saúde das pessoas portadoras de HIV/AIDS, de seus familiares e da população em geral.

Algumas estratégias recomendadas para o nível local:

- ▶ Promover ações de prevenção de DST/ AIDS dirigidas à população em geral:
 - a) **Estratégias de comunicação, informação e educação**- distribuição de folhetos, cartazes, propagandas em rádio e televisão, apresentação de vídeos em salas de espera de serviços de saúde, consultórios médicos, espaços públicos e criação de jogos interativos, entre outros;
 - b) **Programas de Educação em AIDS** dirigidos a diferentes populações e locais, como em escolas, centros comunitários, associações esportivas, igrejas, locais de trabalho, no setor público e privado;
 - c) **Programas de Distribuição** de preservativos e de troca de seringas;
 - d) **Teste e aconselhamento voluntário e confidencial.**
- ▶ Implementar e/ou expandir os serviços de atenção à saúde das pessoas que vivem com AIDS e seus familiares, considerando os diferentes níveis de atenção:
 - a) **Domiciliar:** ações de prevenção secundária (aconselhamento e educação para manifestações clínicas que possam ocorrer e prevenção de re-infecções relacionadas a atividades de sexo seguro e planejamento familiar, práticas de higiene pessoal e do ambiente); alimentação e nutrição seguras; estimular a aderência aos medicamentos através de orientações individuais e familiares; propiciar informações sobre redes de suporte psicológico, social e médico.
 - b) **Comunitário:** aconselhamento e suporte emocional, através de organizações governamentais ou não governamentais, grupos de auto-ajuda ou de apoio; estimular a interação social através da criação de espaços de socialização; oferecer recursos necessários para alimentação adequada, acesso a práticas de saúde multidisciplinares; apoio legal e financeiro; acesso a preservativos e seringas; prover assistência a crianças órfãs; criação de centros de cuidados diários; gerenciamento de bancos de medicamentos.
 - c) **Serviços de saúde:** gerenciamento de dor; educação sobre higiene pessoal e do ambiente; sexo seguro e planejamento familiar, avaliação nutricional, gerenciamento de doenças sexualmente transmissíveis; diagnóstico clínico de doenças relacionadas ao HIV; vacinação contra tétano; suplementação nutricional; propiciar alternativas para aleitamento materno; monitoramento laboratorial e clínico da progressão da doença.
- ▶ Propiciar treinamento e capacitação de recursos humanos para desenvolver as ações de prevenção e assistência em saúde, através de parcerias de cooperação técnica entre as diferentes instâncias governamentais (local, municipal, regional e federal), bem como organizações internacionais.

Material Disponível:

OPAS/OMS. Guia para la atención domiciliaria de personas que viven con VIH/SIDA, 1999.

Prevenção e Controle de Doenças/Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS

PAHO/WHO/UNAIDS/IAPAC. “Building Blocks: Comprehensive Care Guidelines for Persons Living with HIV/Aids in the Americas - Summary Report”. 2000.

WHO/UNAIDS/UNESCO. “WHO Information Series on School Health. Preventing HIV/AIDS/STI and related Discrimination: An Important Responsibility of Health-Promoting Schools”. 1999.

Internet:

www.paho.org (Acessar AIDS e STI)

www.unaids.org



Enfermidades Transmissíveis: Prevenção e Controle da Dengue

Nos últimos anos têm-se presenciado um aumento considerável de casos de dengue e da sua forma mais grave, febre hemorrágica da dengue, nos países da América Latina. Para evitar brotos e epidemias da dengue e o possível ressurgimento da febre amarela urbana (a qual é transmitida pelo mesmo mosquito – o *Aedes Aegypti*), necessita-se vontade política, compromisso financeiro e intervenção integral. Os municípios, por seu papel de agentes de mudança, são os protagonistas das ações. A transmissão da dengue somente pode ser reduzida através de controle do vetor. Isto requer ações de vigilância em saúde, desenvolvimento de recursos humanos, participação comunitária, comunicação social e alianças intra e intersetoriais.

Algumas estratégias recomendadas para o nível local

- ▶ Promover ações de controle do meio ambiente que reduzam os criadouros do mosquito vetor – *Aedes Aegypti*, enfatizando: coleta regular de lixo, provimento regular de água, saneamento e aterro sanitário, reciclagem, re-aproveitamento de resíduos sólidos, principalmente latas e plásticos, assim como o re-aproveitamento e reciclagem de pneus;
- ▶ Promover ações de prevenção e controle, valorizando a participação comunitária, a educação para a saúde e a comunicação social, baseadas em mudanças de comportamentos nos programas em nível local;
- ▶ Promover a intra e a intersetorialidade compartilhando ações e construindo alianças para todas as atividades que se queiram realizar;
- ▶ Promover as ações de vigilância entomológica para a redução de criadouros e controle do vetor;
- ▶ Fortalecer a prevenção e o controle da dengue por intermédio da inclusão do tema nos currículos escolares, principalmente na educação básica ou primária formal;
- ▶ Coordenar as ações de vigilância epidemiológica local e regional com as iniciativas do nível nacional, além de fortalecer a pesquisa laboratorial, os serviços de atenção médica e a capacidade instalada dos profissionais de saúde; e
- ▶ Aplicar ou estabelecer legislação que possa fortalecer e regular os vários aspectos e atividades da prevenção e do controle da dengue.

Material Disponível:

Dengue y dengue hemorrágico en las Américas: guías para su prevención y control. OPS – Publicación Científica No. 548, 1995. http://www.publications.paho.org/spanish/moreinfo.cfm?Product_ID=197

Plan detallado de Acción para la Próxima Generación: Prevención y Control del Dengue. OPS/HCP/HCT/136/99. <http://www.paho.org/Project.asp?SEL=TP&LNG=SPA&CD=DENGU>

Strengthening Implementation of the Global Strategy for Dengue Fever/Dengue Haemorrhagic Fever Prevention and Control- OMS/CDS/(DEN)/IC/2000.1. <http://www.who.int/tdr/diseases/dengue/pubs.htm>

Promoción de Estrategias para el estímulo de la participación comunitaria y la educación popular en el control del dengue a través de la comunicación social – Reunión Subregional de los Países Andinos (Bolivia, Colombia, Ecuador, Perú y Venezuela) – Abril 2000 - OPS/HCP/HCT/172.00. <http://www.paho.org/Project.asp?SEL=TP&LNG=SPA&CD=DENGU>

Prevenção e Controle de Doenças/Prevenção e Controle da Dengue

Reunión Subregional sobre la Promoción de Estrategias para la Participación Comunitaria y la Educación Popular en el Control del Dengue a través de la comunicación social en los Países del Cono Sur (Argentina, Brasil, Chile, Paraguay, Uruguay) – Mayo 2000 -OPS/HCP/HCT/173.00. <http://www.paho.org/Project.asp?SEL=TP&LNG=SPA&CD=DENGU>

Reunión Subregional sobre la Promoción de Estrategias para la Participación Comunitaria y la Educación Popular en el Control del Dengue a través de la comunicación social en los Países de Centroamérica (Panamá, Belice, México y Rep. Dominicana)–Mayo 2000 - OPS/HCP/HCT/174.00. <http://www.paho.org/Project.asp?SEL=TP&LNG=SPA&CD=DENGU>

Proceedings of the CAREC/PAHO Sub-Regional Dengue Meeting. Países y Territorios del Caribe (Aruba, Barbados, Belize, Cuba, Curaçao, Dominica, Grenada, Guyana, Montserrat, St. Kitts, Tobago, Trinidad, Islas Turcas y Caicos) – Junio 1999 - OPS/HCP/HCT/171.00. <http://www.paho.org/Project.asp?SEL=TP&LNG=SPA&CD=DENGU>

Jugando en Salud – Dengue. Proyecto Control de Enfermedades Endémicas, Convenio OPS/PCEE: Escuela de Malariología y Saneamiento Ambiental. Jorge Arias, Milady Sequeda de Guevara y Edison Vivas,1999. <http://www.paho.org/Project.asp?SEL=TP&LNG=SPA&CD=DENGU>

Material audiovisual disponível:

Mensaje de interés público – Dengue Hemorrágico, Dengue Prevención y Mónica y sus amigos. OPS – 5 min.

Diagnosis y tratamiento del dengue y DHF. OPS – 23:07 min.

Epidemiología, Diagnosis y Tratamiento del Dengue y DHF. OPS – 29:08 min.

Evaluación de las Densidades del Aedes aegypti. OPS – 8:46 min.

Métodos de Laboratorio para el Diagnóstico del Dengue. OPS – 10:34 min.

Internet:

<http://www.paho.org/Project.asp?SEL=TP&LNG=SPA&CD=DENGU>



Programa Ampliado de Imunizações

A vacinação é uma intervenção preventiva de grande impacto nas condições gerais de saúde da população, com ênfase na população infantil. Portanto, se deverá garantir a oferta deste serviço de maneira permanente e gratuita à toda população.

Algumas estratégias recomendadas para o nível local

- ▶ Desenvolver e fortalecer as ações de imunização como atividade permanente das equipes de saúde, para garantir a vacinação da população contra formas graves de tuberculose infantil (vacina BCG), poliomelite (vacina Sabin), difteria e tétano (vacina DPT), hepatite B, meningite e pneumonias por bactéria *Haemophilus influenzae* tipo b (vacinas separadas ou combinadas: pentavalente DPT- HepB-Hib), sarampo (vacina anti-sarampo ou combinada com rubéola e parotidite, SRP), toxóide tetânico e diftérico (Td, para mulheres em idade fértil e outros grupos de risco), febre amarela (vacina anti-febre amarela).
- ▶ Realizar e participar das campanhas de vacinação, através de “Semanas de Vacinação” nacionais, regionais ou municipais.
- ▶ Garantir o acesso da população-alvo aos programas de imunização, especialmente da população de localidades de difícil acesso aos serviços de saúde.
- ▶ Melhorar as condições de funcionamento e sustentabilidade do programa de vacinação, através do investimento em infra-estrutura, equipamento de refrigeração (geladeiras, caixas frias, termômetros, etc.), manutenção, treinamento de pessoal, organização e planejamento local, bem como registros confiáveis e disponibilidade de vacinas e demais insumos (seringas descartáveis, caixas de eliminação de seringas com agulhas usadas, etc.).
- ▶ Realizar anualmente avaliação local da situação do programa, identificando riscos, êxitos e debilidades, com participação do governo local e da sociedade civil organizada.
- ▶ Realização de planejamento local, para identificar prioridades do município e respostas efetivas.
- ▶ Fortalecer as ações de vigilância epidemiológica das enfermidades preveníveis por vacinação e assegurar sua notificação oportuna.
- ▶ Implementar um plano permanente de informação, educação e comunicação sobre o Programa Ampliado de Imunização.
- ▶ Mobilizar recursos para assegurar o financiamento do plano local de saúde e atividades de vacinação e vigilância.

Material Disponível:

Recomendações e Conclusões da XIV Reunião do Grupo Técnico Assessor em Enfermidades Preveníveis por Vacinação da Organização Pan-Americana de Saúde, Foz de Iguaçu, outubro de 2000.

Metodología multidisciplinaria de evaluaciones de los programas nacionales de inmunización.

Lineamientos para la vacunación y monitoreo de coberturas a nivel local.

Guía para la búsqueda activa de casos de sarampión.

Internet:

www.paho.org

Divisão Vacinas e Imunização: <http://www.paho.org/Selection.asp?SEL=TP&LNG=ENG&CD=DISVACIMUN>

Sarampo: http://www.paho.org/english/HVP/towardsmeasl_err.htm

Redução de Riscos de Desastres

A própria comunidade é quem melhor pode responder aos desastres, no sentido de diminuir sua vulnerabilidade, para o qual deve-se considerar:

- Os efeitos na saúde durante os desastres podem variar de acordo com o tipo de desastre, situação econômica e política, grau de infra-estrutura e desenvolvimento do país;
- Uma boa preparação antes de um desastre pode diminuir o número de mortos e feridos;
- Nas primeiras horas depois do impacto podem salvar-se muitas vidas. A ajuda exterior sempre chega tarde e é menor do que se pensa;
- É a própria comunidade quem aumenta ou diminui seu risco para desastre.

Algumas estratégias recomendadas para o nível local

Redução de vulnerabilidade

- Construir um mapa de risco com o conhecimento existente na comunidade em função dos desastres que podem ocorrer.
- Identificar as áreas prioritárias de maior risco.
- Estabelecer as normas para reduzir o risco (construções anti-sísmicas, melhoria do sistema sanitário e coleta de lixo, entre outras).
- Assegurar que as novas construções ou suas remodelações tenham uma resistência aceitável.

Preparação

- Elaborar planos municipais para as situações de desastres. (www.paho.org/desastres).
- Designar um responsável que coordene as atividades ante às situações de emergência com pessoas de distintos setores.
- Preparar os profissionais de saúde, assim como todos os membros da comunidade participando de um exercício de simulação pelo menos uma vez a cada dois anos, propiciando a inclusão desta atividade na legislação local.
- Assegurar a participação de todos os setores da comunidade (ONG's, escolas, igrejas, associações comunitárias, etc.) na fase de preparação de desastres.
- Capacitar os gerentes da área de saúde e pessoas associadas à gestão de riscos e desastres tanto no setor governamental como não governamental, por exemplo, através do curso LIDERES (<http://www.disaster.info.desastres.net/LIDERES/>).

Resposta e Assistência Humanitária

- Estabelecer acordos com municípios vizinhos e/ou com o nível central para a prevenção e atenuação das conseqüências dos desastres.
- Adotar um sistema de administração de provimentos que possa ser usado (www.disaster.info.desastres.net/SUMA).
- Ativar o Sistema de Manejo de Provimentos Humanitários para assegurar uma gestão transparente e evitar duplicação. (www.disaster.info.desastres.net/SUMA).

Material disponível:

A seguir, encontra-se uma lista das publicações mais importantes da OPAS/OMS sobre emergências e desastres. Todas elas podem ser consultadas através da Internet no endereço eletrônico: <http://www.helid.desastres.net>. (Tais materiais também estão disponíveis nos Centros de Documentação das representações da OPAS nos países)

Los Desastres Naturales y la Protección de la Salud. Publicación Científica No. 575. Washington, DC, OPS, 2000.

Preparativos para Emergências e Desastres/Redução de Riscos de Desastres

NOJI, Erick K. *Impacto de los Desastres en la Salud Pública*. Bogotá, Colombia, OPS/OMS 2000.

El personal local de salud y la comunidad frente a los desastres naturales, Ginebra, OMS, 1989.

Mitigación de desastres naturales en sistemas de agua potable y alcantarillado sanitario - Guía para el análisis de vulnerabilidad. Washington, DC, OPS, 1998.

Fundamentos para la mitigación de desastres en establecimientos de salud. Washington DC, OPS, 2000.

Lecciones Aprendidas en América Latina de Mitigación de Desastres en Instalaciones de Salud - Aspectos de Costo-Efectividad. Washington, DC, OPS, 1997.

Guías de Evaluación de los preparativos para desastres en el sector salud. Washington DC, OPS, 1995.

Simulacros - Hospitalarios de emergencia. Washington, DC, OPS, 1995.

Accidentes químicos: aspectos relativos a la salud - Guía para la preparación y respuesta. Washington DC, OPS, 1998.

COHEN, Raquel. *Salud Mental para víctimas de desastres, Manual para trabajadores*. Washington, DC, OPS/OMS, 1999.

COHEN, Raquel. *Salud Mental para víctimas de desastres, Guía para instructores*. Washington, DC, OPS/OMS, 1999.

Asistencia humanitaria en caso de desastres - Guía para proveer ayuda eficaz. Washington, DC, OPS/OMS, 1999.

Control de vectores con posterioridad a los desastres naturales. Publicación Científica No. 419. Washington, DC, OPS, 1982.

Salud Ambiental con posterioridad a los desastres naturales. Publicación Científica No. 430. Washington, DC, OPS, 1982.

Vigilancia Epidemiológica con posterioridad a los desastres naturales. Publicación Científica No. 420. Washington, DC, OPS, 1982.

BRYCE, Cyralene. "Stress management in Disasters". Washington, DC, OPS/OMS 2001.

BRYCE, Cyralene. "Insights into the Concept of Stress". Washington, DC, OPS/OMS 2001.

Internet:

<http://www.paho.org/desastres>: *Página Web do Programa de Desastres da OPAS. Contém guias, publicações de textos completos e informação das mais recentes reuniões, cursos e treinamentos na Região.*

<http://www.paho.org/Spanish/PED/pedcont.htm>: *Lista dos Responsáveis Regionais de Desastre por Sub-região (Caribe, América Central e América do Sul).*

<http://www.disaster.info.desastres.net/LIDERES>: *Informação sobre os cursos anuais que a OPAS oferece em administração de desastres.*

<http://www.crid.or.cr/crid/Index.htm>: *CRID (Centro Regional de Información sobre Desastres) tem mais de 12.000 publicações acessíveis.*

<http://www.disaster.info.desastres.net/SUMA>: *SUMA (Sistema de Manejo de Suministros Humanitários), facilita-se o "software", manuais e as últimas novidades sobre o sistema.*

Para mais informações:

Escritório Subregional para desastres na América Central: pedcor@sol.racsa.co.cr

Escritório Subregional para desastres no Caribe: vanlphd@cpc.paho.org

Escritório Subregional para desastres na América do Sul: pedecu@ecnet.ec

Consulta geral: disaster@paho.org

Consultas sobre instalação de "software", cursos, sistema SUMA: funsuma@sol.racsa.co.cr

Consultas sobre publicações: disaster-publications@paho.org